



**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Subsecretaria de Gestão**  
**Superintendência Central de Política de Recursos Humanos**  
**Diretoria Central de Gestão do Desenvolvimento do Servidor**

<p><b>Cartaz</b></p>	<p><b>Artigo</b></p>	<p><b>ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE METODOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DE METAS DE INDICADORES DE IMPACTO NA GESTÃO PÚBLICA PARA RESULTADOS</b></p>
<p><small>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS - DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR</small></p> <p><small>Tercera geração de choque de gestão em Minas Gerais e fortalecimento de cidades médias de um Estado em rede</small></p> <p><small>Isabela Maria Passa de Vilhena</small></p> <p><b>1. ANTECEDENTES</b></p> <p><small>O Governo do Estado de Minas Gerais implementou, ao longo da última década, um amplo programa de reformulação e reestruturação de gestão pública, que abrangia desde estruturas administrativas e processos administrativos, até o sistema de descentralização procedimental, necessitando portanto a produção de resultados com os seguintes indicadores:</small></p> <p><small>Em sua primeira etapa, abrangendo entre 2005 e 2008, o principal objetivo da reforma era permitir a obtenção de resultados em termos de desempenho da função pública. Assim, foram estabelecidas diversas medidas no âmbito de reorganização, organização e gestão, com ênfase no gerenciamento local de Ecosis, de forma estrutural.</small></p> <p><small>Uma vez alcançada a capacidade de governo, priorizou-se a segunda etapa de reformulação administrativa, entre os anos de 2009 e 2010. Nesse período, foram propostas uma variedade de medidas para que o governo passasse de ser um agente regulador dos municípios de maneira "from top to bottom" para ser um parceiro estratégico e de suporte técnico especializado em áreas de sustentação das políticas públicas, o que requer um entendimento mais que só procedimental e estratégico quanto a obtenção de resultados nos cidadãos.</small></p> <p><small>Para atingir essas novas expectativas, a nova realidade do paradigma das políticas públicas necessitou ser representada por um modelo administrativo onde se integre o conjunto de medidas adotadas a partir da reforma e estrutura de "choque de gestão", tendo em referência o modelo de desenvolvimento governamental e gestão pública, multidimensional.</small></p> <p><small>Com a implementação de "Unidade de Gestão" pode-se afirmar que Minas Gerais é, atualmente, um Estado que opera com estes procedimentos. A entrega de resultados para o cidadão, a que poderá estar vinculada ao menor custo, em um contexto de sustentabilidade financeira.</small></p> <p><small>Uma vez consolidada sua atuação como "Estado para Resultados", Minas pretende, ao longo dos próximos anos, avaliar esse novo modelo de governo de "choque de gestão" através da definição e da implementação de uma agenda construída não pelo governo para o cidadão, mas em conjunto com o cidadão, sendo a sua finalidade:</small></p> <p><small>O que se propõe, nesse momento, é o desenvolvimento de "Unidade para o Cidadão", tendo como "Unidade de Gestão" um dos elementos com o objetivo de proporcionar às boas práticas para dentro (governo) para os seus cidadãos através tanto horizontalmente.</small></p> <p><small>Assim, ao invés de ser apenas destinatário das políticas públicas, o cidadão se tornará parte integrante de seu processo de formulação, o que significa estar ativamente envolvido.</small></p>	<p><b>Tema</b></p>	<p>Selecionar Metas e Indicadores</p>
	<p><b>Competência</b></p>	<p>Negociação de metas</p>
	<p><b>Descrição da competência</b></p>	<p>Conduzir o processo de negociação de metas, junto aos atores envolvidos, considerando a estratégia governamental e seu desdobramento às unidades administrativas de forma imparcial, articulada e analítica utilizando o conhecimento específico da área e garantindo suas formalizações.</p>
	<p><b>Resumo</b></p>	<p>O texto levanta elementos para uma reflexão quanto aos caminhos possíveis para definição e avaliação de metas de indicadores de impacto na gestão pública para resultados. Assume-se que ação pública, com vistas à melhoria das condições de vida da população, é mais efetiva quando orientada para o alcance de metas e resultados. Entretanto, para que isso ocorra, é fundamental que exista um sistema de incentivos que estimule o comprometimento das instituições públicas com as metas pactuadas. A questão essencial do texto diz respeito ao desafio de se estabelecer metas viáveis e desafiadoras para indicadores de impacto que integram ciclos anuais de avaliação. Para tanto, examina-se algumas possibilidades metodológicas para balizamento de metas a partir da experiência recente da gestão para resultados do Governo do Estado de Minas Gerais. Exemplos são apresentados em três áreas: defesa social, educação e qualidade fiscal. O texto traz ainda alguns dos pontos que estão na agenda de trabalho da unidade responsável pelo aperfeiçoamento do sistema de metas na gestão para resultados em Minas Gerais.</p>
	<p><b>Autor</b></p>	<p>Éber Gonçalves; Eder Sá Alves Campos; Florence Fiuza Carvalho</p>
	<p><b>Link</b></p>	<p>Análise e reflexão sobre metodologias para avaliação de metas de indicadores de impacto na gestão pública para resultados</p>
<p><b>Conhecimento</b></p>	<p>Construção de indicadores e Acordo de Resultados</p>	